

COMPETÊNCIA CRIMINAL

10ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



Editora CEDACS

PRÉVIA

Competência criminal

10ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

SUMÁRIO

Título V - DA COMPETÊNCIA

Capítulo I - Disposições preliminares

1. Conceitos preliminares

1.1 Jurisdição

1.2 Competência

2. Ajustes terminológicos

3. Princípios da jurisdição

4. Características da jurisdição

4.1 Elementos da jurisdição

5. Espécies de competência

Capítulo II - Competência Material

Seção I - Disposições gerais

1. Conceito

2. Critérios legais de determinação da competência

3. Classificação doutrinária dos critérios

Subseção I - Critérios principais

1. Identificação dos critérios principais

2. Ordem das etapas de verificação dos critérios

3. Etapas

Subseção II - Critérios secundários

Subseção III - Critérios supletivos (ou complementares)

1. Critério alternativo

2. Critério facultativo

Subseção IV - Competência absoluta e competência relativa

1. Origem da classificação

2. Reconhecimento ex officio

3. Súmula 160 do STF

4. Competência absoluta

5. Competência relativa

6. Teoria do juízo aparente

Subseção V - Tribunal Penal Internacional

1. Previsão

Seção II - Competência em razão da prerrogativa de função

Subseção I - Disposições gerais

1. Primeira etapa de verificação
2. Fundamento legal
3. Finalidade
4. Competência absoluta
5. Afronta ao princípio da isonomia?
6. Prevalência do critério funcional sobre o material e o territorial
7. Prerrogativa exclusiva na esfera criminal
8. Investigação e indiciamento
9. Descabimento do duplo grau de jurisdição

Subseção II - Prerrogativa de função

1. Razão de ser
2. Origem normativa
3. Marcos
4. Manutenção da prerrogativa após a cessação do cargo
   4.1 Regra da contemporaneidade e regra da atualidade
   4.2 Súmulas da Suprema Corte acerca do tema
   4.3 Lei 10.628/2002
   4.4 Manifestações jurisprudenciais
   4.5 Linha cronológica
   4.6 Síntese do estado atual

Subseção III - Competência dos Órgãos Jurisdicionais e dos Órgãos Políticos

Tópico 1 - Disposições gerais

1. Esclarecimento inicial acerca dos crimes de responsabilidade
2. Julgamento
3. Procedimento originário dos Tribunais

Tópico 2 - Competência dos Órgãos Jurisdicionais

1. Supremo Tribunal Federal
   1.1 Competência originária
   1.2 Orientações sumuladas que merecem atenção
2. Superior Tribunal de Justiça
3. Tribunais Regionais Federais
4. Tribunais Regionais Eleitorais
5. Tribunais de Justiça dos Estados e do DF

Tópico 3 - Competência dos Órgãos Políticos

1. Senado Federal
2. Tribunal Especial
3. Câmara Municipal

Subseção IV - Detentores de Prerrogativa de Função

Tópico 1 - Paralelismo constitucional ou princípio da simetria

Tópico 2 - Parlamentares

1. Deputados Federais e Senadores
2. Deputados estaduais
3. Vereadores

Tópico 3 - Chefes do Executivo

1. Presidente e Vice-Presidente da República
2. Governador e Vice-Governador
3. Prefeito

Tópico 4 - Magistrados e membros do Ministério Público

1. Previsão da competência originária
2. Princípio da vinculação
3. Natureza da infração penal
4. Ressalva constitucional
5. Ausência de hierarquia entre TRFs e TJs
6. Crime sem relação com o cargo
7. Investigação de magistrados e de membros do Ministério Público

Tópico 5 - Concurso de pessoas no contexto da prerrogativa de função

1. Regra processual
2. Formulação do problema
3. Posição do STF
4. Hipóteses e soluções

Subseção V - Casos Específicos

1. Prerrogativa de função e competência do Tribunal do Júri
2. Prerrogativa de função e exceção da verdade
3. Quadro sinótico

Seção III - Competência em razão da matéria

Subseção I - Disposições gerais

1. Segunda etapa de verificação
2. Fundamento legal
3. Finalidade
4. Competência absoluta

Subseção II - Justiça Especial

Tópico 1 - Justiça Eleitoral

1. Fundamento
2. Competência material
3. Recursos Extraordinário e Especial

Tópico 2 - Justiça Militar

1. Fundamento
2. Organização judiciária militar

2.1 Justiça Militar da União

2.2 Justiça Militar dos Estados e do Distrito Federal

3. Critérios de definição da competência militar

3.1 Competência da Justiça Militar quanto à matéria (ratione materiae)

3.1.1 Infrações penais

3.1.2 Ações judiciais contra atos disciplinares militares

3.1.3 Atos de improbidade administrativa

3.3 Competência da Justiça Militar quanto ao lugar (ratione loci)

4. Competência funcional na Justiça Militar
5. Conexão, continência e separação de processos
6. Desaforamento
7. Conflito de competência
8. Competência para a execução penal
9. Perda do posto, da patente e da graduação

Subseção III - Justiça Comum

Tópico 1 - Justiça Federal

Tópico 1.1 - Disposições Gerais

1. Esclarecimento inicial
2. Estrutura da Justiça Federal
3. Terminologia forense

Tópico 1.2 - Tribunais Regionais Federais

1. Competência
2. Conflito de competência
3. Organização Judiciária

Tópico 1.3 - Juízes Federais

1. Previsão constitucional
2. Classificação
3. Atribuição da Polícia Federal e competência da Justiça Federal

1. Competência genérica
2. Ressalvas constitucionais

3. Entes e órgãos contemplados na competência federal
4. Entes e órgãos não contemplados na competência federal
5. Situação sui generis das agências do Correio
6. “Bens”, “serviços” ou “interesses”
7. A questão da competência para crimes ambientais
8. A questão da competência para os crimes de terrorismo
9. Crimes políticos
1. Requisitos constitucionais
2. Casuísticas

Causas relativas a direitos humanos a que se refere o §5º deste artigo

1. Incidente de deslocamento de competência (IDC)
2. Requisitos para a federalização
3. Competência
4. Efeitos do deslocamento sobre os atos já praticados
1. Crimes contra a organização do trabalho
1. Ressalvas constitucionais
2. Pressuposto
3. Porte do navio e da aeronave

Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro

Disputa sobre direitos indígenas

1. Direitos indígenas
2. Súmula 140 do STJ
3. Terras indígenas

Tópico 2 - Justiça Estadual

1. Critério da exclusão
2. Subdivisão funcional da Justiça Comum

Tópico 3 - Tribunal do Júri

1. Previsão constitucional
2. Competência material
3. Orientações jurisprudenciais do STF
4. Competência do Júri Federal
5. Exceção legal à prevalência do júri (Lei 15.358/2026)

Tópico 4 - Juizados

Tópico 4.1 - Juizado Especial Criminal

1. Previsão constitucional
2. Regulamentação
3. Competência

4. Competência do Juizado Especial Federal Criminal
5. Causas de exclusão ab initio da competência do JECrim
6. Causas de modificação da competência do JECrim

Tópico 4.2 - Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

1. Previsão constitucional
2. Regulamentação
3. Competência material do JVDFM
4. Inaplicabilidade da lei 9.099/1995
5. Federalização
6. Crime doloso contra a vida
7. Competência recursal

Tópico 5 - Juízo de Execução Penal

1. Previsão
2. Competência

Tópico 6 - Formação de Colegiado de 1º grau

1. Previsão
2. Razão de ser da lei e sua finalidade
3. Juiz “sem rosto” – distinção
4. Competência material
5. Competência fixada pela Lei 15.358/2026

Tópico 7 - Disposições Finais

1. Prevalência da Justiça Federal sobre a Justiça Estadual
2. A questão da competência para o julgamento do crime de genocídio

2.1 Considerações sobre o genocídio

2.2 Competência de juiz singular ou do Júri?

2.3 Competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual?

Seção IV - Competência em Razão do Lugar

Subseção I - Disposições gerais

1. Terceira etapa de verificação
2. Finalidade
3. Terminologia forense
4. Critérios legais
5. Competência relativa

Subseção II - Competência pelo lugar da infração

Tópico 1 - Critérios gerais

1. Disposição legal
2. Crime consumado

3. Crime tentado

Tópico 2 - Critérios subsidiários

1. Disposição legal

2. Lugar da infração desconhecido

3. Crime de ação privada

Seção V - Critérios secundários de definição da competência

Subseção I - Disposições gerais

1. Critérios secundários

2. Fundamento

3. Modificação de competência

4. Ressalvas

5. Efeitos

6.1 Jurisdições de categorias diversas

6.2 Jurisdições de mesma categoria

7. Separação de processos

8. Perpetuação da competência

9. Quadro comparativo

Subseção II - Conexão

1. Configuração

2. Espécies de conexão

Subseção III - Continência

1. Configuração

2. Espécies de continência

Subseção IV - Prevenção

1. Origem do vocábulo

2. Previsão

3. Configuração

4. Hipóteses legais

5. Prevenção nos Tribunais Superiores

6. Nulidade relativa

7. Impacto do Juiz das Garantias

Subseção V - Distribuição

1. Previsão constitucional

2. Regulamentação processual

3. Exceções

4. Distribuição por dependência

5. Nulidade relativa

6. Redistribuição por criação de vara

Capítulo III - Competência Funcional

Seção I - Disposições gerais

1. Conceito

2. Estruturação da competência funcional

Subseção I - Competência funcional horizontal

1. Fases do processo

2. Objeto do juízo

Subseção II - Competência funcional vertical

1. Definição

2. Competência para solução de conflito de jurisdição

Esta é uma prévia do sumário. O conteúdo completo está na obra.